

UMA PÁGINA DA “POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO” (2019) E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A LOOK AT THE “NATIONAL LITERACY POLICY” (2019) AND ITS UNFOLDINGS IN
YOUTH AND ADULT LITERACY IN BRAZIL

UNA PÁGINA DE LA “POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZACIÓN” (2019) Y SUS
DESDOBLAMIENTOS EN LA ALFABETIZACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN BRASIL

Marilza Borges Arantes¹

Juliano Guerra Rocha²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a breve e superficial abordagem sobre a alfabetização de jovens e adultos no Caderno da “Política Nacional de Alfabetização” (PNA), lançada em 2019. Apresentam-se argumentos que invalidam a iniciativa do Ministério da Educação em implementar uma proposta de base fônica para alfabetização do público jovem e adulto, no Brasil, do mesmo modo demonstra-se o caráter pragmático e funcional que essa “política” aborda o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

Palavras-chave: Alfabetização de jovens e adultos; educação de jovens e adultos; política nacional de alfabetização.

Abstract: The present paper aims to analyze the brief and superficial approach on youth and adult literacy provided in the Booklet of the “National Literacy Policy” (PNA), launched in 2019. It is presented arguments that invalidate the initiative of the Ministry of Education to implement a phonics-based proposal for literacy of the young and adult public in Brazil. Likewise, it is demonstrated the pragmatic and functional character approached by such "policy" regarding the teaching and learning process of reading and writing.

Keywords: Youth and adult literacy; youth and adult education; national literacy policy.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar el corto y superficial abordaje acerca de la alfabetización de jóvenes y adultos en el Cuaderno de la “Política Nacional de Alfabetización” (PNA), lanzado en 2019. Se presentan argumentos que invalidan la iniciativa del Ministerio de la Educación de implementar una propuesta de base fónica para la alfabetización del público joven y adulto en Brasil, así como se demuestra el carácter pragmático y funcional a partir de lo cual esa “política” aborda el proceso de enseñanza y aprendizaje de la lectura y de la escritura.

Palabras clave: Alfabetización de jóvenes y adultos; educación de jóvenes y adultos; política nacional de alfabetización.

Introdução

Desde o início do mandato do Governo de Jair Messias Bolsonaro, a partir de 1º de janeiro de 2019, o Brasil é palco de propostas que pretendem promover “mudanças” nas diferentes instâncias do poder público. Essas “mudanças”, conforme muitos pesquisadores apontam, são fundamentadas essencialmente em princípios antidemocráticos, na banalização da violência e na

¹ Colégio de Aplicação – ILES/ULBRA, Itumbiara/GO.

² Secretaria Municipal da Educação de Itumbiara/GO e Secretaria de Estado da Educação de Goiás.

retirada de direitos sociais, dentre eles, o direito à vida e à educação, o que ficou muito evidente na pandemia da Covid-19 (AZEVEDO; POCHMANN, 2019). Importante se faz destacar, desde já, o que Saviani (2020) conclama: a necessidade de os educadores realizarem uma mobilização articulada de resistência contra as medidas “antipovo e antinacional”. O ato de resistir se faz, conforme ele aponta, por meio de dois requisitos básicos: na luta coletiva e com proposições capazes de acenar alternativas contra as medidas impostas pelo governo. Em relação a esse último, “essa forma de resistência é indispensável como estratégia de luta por uma escola pública livre das ingerências privadas balizadas pelos interesses do mercado” (SAVIANI, 2020, p. 17).

Uma das pretendidas “mudanças” do Governo Bolsonaro, na esfera educacional, concretizou-se na publicação do Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019, o qual instituiu a Política Nacional de Alfabetização (PNA), e com a publicação do Caderno Temático sobre essa “política”, em 15 de agosto de 2019, tendo como meta a melhoria da qualidade e dos processos da alfabetização e seus resultados, e o “combate” ao analfabetismo em todo o Brasil. Esse Caderno, também intitulado de “Política Nacional de Alfabetização” (BRASIL, 2019), de forma detalhada, trouxe alguns aspectos teóricos e metodológicos do Decreto. Nessa mesma data, também foi instituída a Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (CONABE), por meio da Portaria n. 1.460, assinada pelo Ministro da Educação, na época, Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub. Esse evento foi realizado em Brasília/DF, de 22 a 25 de outubro de 2019, com a temática “A Política Nacional de Alfabetização e o estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia,” tendo como um dos objetivos específicos, possibilitar a criação do Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (RENABE).

Todos esses fatos demonstram que os discursos sobre a alfabetização no Brasil, principalmente após o ano de 2016, têm se tornado um campo de frequentes disputas político-partidárias. À guisa de exemplo, também podemos citar a questão acerca do debate de qual o momento para alfabetização das crianças. A implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), na gestão da Presidenta Dilma Rousseff (do Partido dos Trabalhadores), em 2012, disseminou entre as redes de ensino do Brasil que o processo de alfabetização compreendia do 1º ao 3º ano do ensino fundamental (BRASIL, 2012). Entretanto, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no governo de Michel Temer (do Partido Movimento Democrático Brasileiro), em 2017, modificou essa abrangência, aludindo que a criança deve ser “alfabetizada no 1º e 2º ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2017). Na PNA, já com Jair Messias Bolsonaro na presidência (sem partido), especificou que a “priorização da alfabetização” dar-se-á no 1º ano do ensino fundamental. No entanto, notamos que as mudanças não se restringem apenas a uma questão de qual o ano escolar se deve alfabetizar, somado a isso, há um reducionismo da compreensão sobre como se concretiza a alfabetização de um sujeito.

Nesse sentido, desde a divulgação da PNA, diferentes pesquisadores e professores brasileiros se manifestaram publicamente contra a perspectiva dessa “política de alfabetização”, demonstrando que ela valida apenas as “evidências” da Psicologia Cognitiva e da Neurociência Cognitiva, e os seus desdobramentos na denominada Ciência Cognitiva da Leitura³. Nesse trabalho, somando força às vozes desses professores e pesquisadores, analisamos um aspecto da PNA, especificamente a alfabetização de jovens e adultos, abordada em apenas uma página do documento.

Alfabetização de jovens e adultos na página 35 do caderno da PNA

Entre os aportes tomados para nossas discussões, mediante inquietações e perplexidades com normativas deliberadas na PNA, documento de caráter modelador, chamamos a atenção para as

³ Cf. Frade e Monteiro (2019).

consistentes reflexões problematizadoras de Mortatti (2019), as quais muito contribuíram para entendermos o conteúdo, a linguagem, e até mesmo a construção estética do texto do Caderno da “Política Nacional de Alfabetização”. Mortatti (2019), ao analisar esse documento, propõe-se

[...] interpretar sua ‘politicidade intrínseca’ por meio do entrecruzamento de ao menos três possibilidades de sentidos — como ‘querela dos métodos’, ‘guerra dos métodos / cruzada ideológica’ e um caso de ‘sciencefare’ relacionados entre si e com a disputa por hegemonia de um projeto político-ideológico neoliberal e ultraconservador em implementação no país (MORTATTI, 2019, p. 17).

Desses três aspectos abordados por Mortatti (2019), tomamos como subsídios de nossas discussões a “querela dos métodos” e a “guerra dos métodos / cruzada ideológica”, pois suas abordagens contribuem para situar a fragilidade, a obscuridade e a inadequação da proposta de alfabetização para jovens e adultos na PNA, nos mesmos “moldes” da alfabetização das crianças.

Para iniciarmos as discussões sobre a ausência de uma proposta clara e consistente para o trabalho a ser desenvolvido na alfabetização de jovens e adultos na “Política Nacional de Alfabetização”, destacamos, na apresentação desse documento, feita por Carlos Francisco de Paula Nadalim, Secretário de Alfabetização, o caráter reducionista que nele veicula acerca do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. Reducionista, pois reduz soberbamente a explicação em “evidências científicas”, “com base nas pesquisas científicas”, de todo o processo de alfabetização aos “achados das ciências cognitivas”, a qual protagoniza como o caminho para “as práticas de alfabetização mais eficazes, a fim de criar melhores condições para o ensino e a aprendizagem das habilidade de leitura e de escrita em todo o país” (BRASIL, 2019, p. 7), desconsiderando assim outras ciências tão importantes quanto àquelas, nesse processo, em específico as ciências sociais, como nos atesta Braggio (1992).

Soares (1985), já na década de 1980, ensinava-nos a necessidade de que uma “teoria coerente de alfabetização” articule perspectivas de diferentes áreas de conhecimento, fator esse desconsiderado na PNA ao se evidenciar apenas *um aspecto de uma* “faceta” e *uma teoria* de um processo muito “amplo e multifacetado”, que é o fenômeno da alfabetização (SOARES, 2013). Logo, o que se explicitou nessa “política de alfabetização” foi a priorização do treinamento de habilidades fonêmicas como um caminho para que o sujeito se alfabetize, de modo que aprender a ler foi concebido como uma atividade de decodificação de letras escritas em sons, tal como está claramente explicitado na página 19 do documento: “se alguém é alfabetizado, significa que é capaz de decodificar e codificar qualquer palavra em sua língua” (BRASIL, 2019, p. 19).

A complexidade e a especificidade da alfabetização de jovens e adultos são abordadas na PNA apenas na página 35, no tópico 2.5, cujo título é: “Alfabetização de jovens e adultos”, apresentado num texto com 5 parágrafos. Sobre isso, Maciel e Resende (2019) demonstram que “são elencados, de modo bem abreviado, os anseios da população de jovens e adultos analfabetos, que se resumem à aquisição de habilidades relacionadas ao pragmatismo do dia a dia” (MACIEL; RESENDE, 2019, p. 130). Esse caráter pragmático do ensino de leitura e escrita aos jovens e adultos configurou-se como um dos principais motivos denominados pelo documento como as “razões” que levam essa população a procurar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou “outras alternativas de alfabetização” (BRASIL, 2019, p. 35). A veiculação de que o êxito da aprendizagem da leitura está no seu pragmatismo renega a essencialidade do ensino na EJA, cujas raízes estão calcadas nos aspectos sociais, culturais, históricos e políticos dos educandos. Jovens e adultos não buscam a aprendizagem da leitura e da escrita apenas para “pagar ônibus, tomar remédios ou ler e escrever recados” (BRASIL, 2019, p. 35). Buscam se alfabetizar uma vez que também consideram a importância da leitura e da escrita no seu dia a

dia e na sua participação plena enquanto agentes sociais e políticos. As experiências dos sujeitos, na EJA, são múltiplas e suas necessidades para a alfabetização não se restringem ao caráter funcional das habilidades de ler e escrever no cotidiano.

Essa visão da PNA está na contramão de uma proposta de alfabetização de jovens e adultos alicerçada nos princípios políticos, em que o cidadão se alfabetiza criticamente, compreendendo e transformando a sua sociedade, como explicitou Giroux (2021). O autor alude que a “alfabetização devia tornar-se uma pré-condição da emancipação social e cultural” (GIROUX, 2021, p. 33). Esse princípio não é contemplado no item que trata da alfabetização de jovens e adultos no documento da “política” analisada. Seu esquecimento não é ocasional! É fruto de um projeto de desmonte da educação nacional e da EJA, o qual revela mais uma das faces de uma “Educação obscurantista que vai se institucionalizando no governo central” (NACIF; FILHO, 2019, p. 241).

Outro aspecto a considerar a respeito do processo de alfabetização do público jovem e adulto na “política de alfabetização” em questão, é que ele é visto numa mesma perspectiva da alfabetização das crianças, com base somente nas ciências cognitivas, na relação fonema-grafema, ignorando assim, todo o contexto histórico, político e social em que o alfabetizando está inserido, contexto esse totalmente diferente de uma criança. Há que se enfatizar também que as relações do processo de aprendizagem da língua escrita por um sujeito adulto se diferem de uma criança e de um jovem devido às questões cognitivas.

Oliveira (2004), longe de buscar generalizações sobre o desenvolvimento cognitivo de um adulto, aponta para as trajetórias singulares de cada sujeito, em que estão em jogo diferentes fatores dos seus “ciclos de vida”. A autora defende que não há um modo específico de conceber o desenvolvimento de um ser humano adulto, portanto, faz-se necessário que a escola investigue “seu modo de inserção na vida social, suas atividades, seu acesso a diferentes tecnologias e linguagens” (OLIVEIRA, 2004, p. 227). Além do mais, Bosi (1994) especifica que a constituição da memória de uma pessoa adulta passa também pelo esquecimento. Conceber a alfabetização de adultos “nos mesmos componentes” da alfabetização de crianças, conforme a PNA aponta, é ao mesmo tempo contraditório, se considerarmos os princípios da teoria que subsidia esse documento. Corrêa (2010), ao analisar a memória pelo viés das neurociências cognitivas, assinala que o “envelhecimento cerebral” e o “déficit de memória” fazem parte da vida adulta. O professor, ao trabalhar com um estudante adulto lida com esses fatores, que influenciam diretamente nos modos de ensinar e aprender a língua escrita, o que por si só, já particulariza a relação entre os objetos de conhecimento e o sujeito na EJA.

A PNA especifica que tal como a alfabetização de crianças, a alfabetização de adultos se apoiará no trabalho com: “consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e profusão de escrita” (BRASIL, 2019, p. 35). Apoiando-nos na pesquisa de Moraes (2019), é possível observar que o ensino e os exercícios para desenvolvimento de habilidades de consciência fonêmica não fazem efeito e nem sentido a uma criança, na fase inicial de apropriação do sistema de escrita alfabética, muito menos isso terá impacto na alfabetização de um adulto, que tem diferentes experiências acumuladas com a linguagem escrita.

Fica evidente que a base da “política de alfabetização” aqui analisada trata a alfabetização por meio de uma abordagem funcional, apoiada no que Mortatti (2019) explica como um “projeto político-ideo-lógico neoliberal e ultraconservador em implementação no país” (MORTATTI, 2019, p. 17). Descaracteriza-se solenemente a alfabetização do seu processo sociopolítico. Isso fica evidenciado ao se apresentar os dados indicadores da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), de 2016, os quais ressaltam que “54,73% de mais de 2 milhões de alunos concluintes do 3º ano, apresentaram desempenho insuficiente em leitura, dos quais, “aproximadamente 450 mil, com desempenho insuficiente na leitura, [...] incapazes de

localizar informações explícitas em textos simples [...] e identificar a finalidade de textos...; ainda sobre a escrita, “33,95% estavam em níveis insuficientes [...] aproximadamente 680 mil alunos [...] não conseguem escrever ‘palavras alfabeticamente’ ou as escrevem com desvios ortográficos”. Quanto a produção de textos, “ou produzem textos ilegíveis, ou são absolutamente incapazes de escrever um texto curto” (BRASIL, 2019, p. 10). Mais adiante, afirma-se que o “estado” em que se encontram essas crianças, no final do 3º ano, “sem saber ler, ou lendo precariamente”, tem sua trajetória escolar comprometida, o que ‘se reflete em altas taxas de reprovação, distorção idade-série, abandono e evasão’” (BRASIL, 2019, p. 11).

Não se contesta, aqui, tais dados intencionalmente apresentados para justificar o objetivo beligerante da PNA de “combater” o baixo desempenho dos estudantes, mas se chama a atenção para a leitura que se faz deles ao fazer a assertiva de que é “esse estado da leitura e da escrita” em que se encontram essas crianças que as leva à reprovação e até mesmo à evasão. Ressaltamos, assim, conforme atentam Albuquerque e Costa (2021), que “em nenhum momento, a PNA problematiza as razões de esse número ser consideravelmente negativo, evocando questões como as desigualdades sociais existentes, as condições precárias das escolas públicas, escassos investimentos, dentre outras” (ALBUQUERQUE; COSTA, 2021, p. 498). Além disso, trazendo essas implicações para a proposta deste estudo, esses fatores postos não são retomados e analisados na página 35, dedicada à alfabetização de jovens e adultos. Nessa página, refere-se superficialmente, sem nenhuma consistência, como “tentativas anteriores” dessas pessoas se alfabetizarem, não dando assim, o devido valor social e político das causas de jovens e adultos serem “analfabetos absolutos, ou com níveis rudimentares de leitura e escrita” (BRASIL, 2019, p. 35).

Outra questão pertinente é o uso do termo literacia, na PNA, conceituado como “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, bem como sua prática produtiva” (BRASIL, 2019, p. 21). Usa-se esse termo, apagando a terminologia letramento. Concordamos com Bunzen (2019) que “tal silenciamento não é neutro e, certamente, faz parte de uma estratégia discursiva maior de apagamento de mais um campo do conhecimento e de discussões sobre alfabetização no Brasil” (BUNZEN, 2019, p. 46-47).

Para Soares (2020), a alfabetização é vista como a aquisição do sistema de escrita alfabética, e o letramento como a compreensão dos usos e funções da leitura e da escrita, conforme nos expõe:

Alfabetização e letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um e de outro é de natureza essencialmente diferente; entretanto, as ciências que se baseiam em processos e a pedagogia por elas sugeridas evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. A alfabetização – aquisição da tecnologia da escrita – não precede nem é pré-requisito para letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2020, p. 27).

A compreensão dessa concepção de letramento como ação simultânea à “aquisição da tecnologia da escrita” com fins sociais muito se distancia da proposta de alfabetização da PNA, que propõe atividades de literacia numa escala progressiva e não simultânea ao processo de ensino da escrita e da leitura. Assim, a literacia é explicada em forma de uma pirâmide, abaixo descrita:

Na base da pirâmide (da pré-escola ao fim do 1º ano do ensino fundamental), está a literacia básica, que inclui a aquisição das habilidades fundamentais para a alfabetização (literacia emergente), como o conhecimento de vocabulário e a consciência fonológica, bem como as habilidades adquiridas durante a alfabetização, isto é, a aquisição das habilidades de leitura

(decodificação) e de escrita (codificação). No processo de aprendizagem, essas habilidades básicas devem ser consolidadas para que a criança possa acessar conhecimentos mais complexos.

No segundo nível, está a literacia intermediária (do 2º ao 5º ano do ensino fundamental), que abrange habilidades mais avançadas, como a fluência em leitura oral, que é necessária para a compreensão de textos.

No topo da pirâmide (do 6º ano ao ensino médio), está o nível de literacia disciplinar, onde se encontram as habilidades de leitura aplicáveis a conteúdos específicos de disciplinas, como geografia, biologia e história (BRASIL, 2019, p. 21).

Enquanto na teoria de Soares propõe-se “alfabetizar e letrar” o sujeito, num processo em que a aprendizagem do sistema de escrita e uso dessa aprendizagem se inter cruzam com fins sociais nas diferentes instâncias de interação, na PNA, a aprendizagem da língua escrita e seus usos e funções sociais são polos dissociados, organizados numa escala determinada para atividades de “leitura (decodificação) e de escrita (codificação)”, para que “a criança possa acessar conhecimentos mais complexos” (BRASIL, 2019, p. 21). Essa concepção de literacia junta-se a outros conceitos das “ciências cognitivas”, formalizando o método de alfabetização defendido na PNA, que é essencialmente de base fônica.

Por fim, suscita aqui a questão dos métodos de alfabetização. Sobre isso, inicialmente questionamos o uso da expressão “estado da arte”, empregado no objetivo principal da PNA, uma vez que seus “construtores” desconsideram e pretendem apagar toda a historicidade da alfabetização e os mais recentes estudos e pesquisas sobre alfabetização ao colocar como sendo o método fônico o achado da ciência para se ensinar a ler e escrever com eficácia, como um achado inovador. Albuquerque e Boto (2021), em estudo recente, demonstram que a questão do ensino pela “sonoridade das palavras”, no Brasil, remonta um debate instaurado na segunda metade do século XIX. A PNA reascende essa perspectiva, “como se fôssemos voltar ao Império brasileiro para retomar uma perspectiva do debate que estava lá, naquele específico momento histórico” (ALBUQUERQUE; BOTO, 2021, p. 12).

Ainda sobre método, atentamos para o uso desse termo no contexto da alfabetização, em específico para o caráter prescritivo que se arquiteta na PNA ao apresentar conceitos que determinam como ocorre o ato de aprender a ler e a escrever, ao ditar diretrizes para o ensino, e ao “recomendar” práticas de leitura e escrita. Sobre a concepção de método, destacamos o pensamento de Soares (2016), que assim define

Em outras palavras, o que se propõe é que uma alfabetização bem-sucedida não depende de um método, ou genericamente, de métodos, mas é construída por aqueles/aquelas que alfabetizam compreendendo os processos cognitivos e linguísticos do processo de alfabetização, e com base neles, desenvolvem atividades que estimulem e orientem a aprendizagem da criança, identificam e interpretam dificuldades em que terão condições de intervir de forma adequada – aqueles/aquelas que alfabetizam com método (SOARES, 2016, p. 333).

Soares (2016) não nega a importância dos processos cognitivos que levam a criança a compreender e a se apropriar das relações entre letras e fonemas envolvidos no ato de aprender a ler a escrever, mas também nos deixa clara a necessidade de interpretar suas dificuldades, que podem ser cognitivas ou não, para, com método, ou seja, com ações didáticas planejadas, melhor orientá-la, mediando assim a sua aprendizagem. Seria, conforme a autora especifica no livro *Alfaletrar*, atuar na zona de desenvolvimento proximal para ajudar o alfabetizando avançar no processo de aprendizagem da leitura e da escrita (SOARES, 2020).

A aplicação da teoria de alfalettrar, no processo de alfabetização de jovens e adultos, é coerente com os anseios deles de ter a leitura e a escrita como uma das formas de emancipação para uma mudança em busca de um espaço na sociedade. Nessa perspectiva emancipadora, a alfabetização proposta por Freire (2021) é vista como “uma relação dialética dos seres humanos com o mundo, e com a linguagem e com a ação transformadora, por outro” (FREIRE, 2021, p. 44), muito além do que se propõe na PNA, enquanto habilidade técnica de leitura e de escrita adquirida para fins utilitários, sem “fundamento necessário à ação cultural para a liberdade, aspecto essencial daquilo que significa ser um agente individual e socialmente constituído” (FREIRE, 2021, p. 44).

Considerações finais

Nesse trabalho, buscamos argumentar acerca da superficialidade em que o processo de alfabetização de jovens e adultos é tratado na “política de alfabetização” imposta pelo governo federal em 2019. Os cinco parágrafos arrolados acerca desse tema, na página 35, da PNA, desconsideram os estudos do campo da EJA no Brasil, a realidade educacional desse público jovem e adulto, restringindo e concebendo a alfabetização como uma técnica para atingir finalidades puramente pragmáticas.

Ao equiparar o processo de alfabetização de jovens e adultos nos mesmos componentes da alfabetização de uma criança, a PNA não apenas demonstra um desconhecimento sobre as particularidades desse público, como também insiste numa proposta baseada na instrução fônica, levando-nos a problematizar: qual sentido tem para um jovem e adulto passar por exercícios de treino das habilidades de consciência fonêmica? Repetir fonemas? Qual efeito tem esse tipo de proposta para um adulto que não sabe ler e escrever convencionalmente?

Pesquisas realizadas por Morais (2019) já demonstraram que crianças que passaram pela alfabetização no método fônico não conseguem realizar “tarefas fonêmicas”. O autor, retomando um de seus estudos, especifica que “torna-se nitidamente desmotivador ter que ficar pronunciando fonemas isolados quando os autores de uma cartilha fônica o impõem” (MORAIS, 2019, p. 127).

É necessário, pois, tal como Maciel *et al.* (2021) apontam, que a alfabetização de adultos se baseie em textos reais e em situações que dialoguem diretamente com o cotidiano e as histórias de vida dos estudantes. As práticas de alfabetização linguística precisam considerar, dentre muitos aspectos, o diagnóstico do que os estudantes já conhecem sobre a língua escrita e muitas propostas desafiadores que sistematizem o sistema de escrita alfabética.

Por fim, faz-se necessário aludir que de 2019 até a atualidade, não conseguimos localizar iniciativas no campo da Educação de Jovens e Adultos, especificamente para alfabetização do público jovem e adultos no âmbito do Ministério da Educação. Alguns programas foram implementados como um desdobramento da PNA, a citar: “Tempo de Aprender”⁴ e “Conta pra mim”⁵, iniciativas que objetivam atingir as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, anos iniciais. Assim, mais do que nunca, “continuemos firmes com Paulo Freire,

⁴ “Tempo de Aprender é um programa de alfabetização abrangente, cujo propósito é melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do país. Para isso, o programa realiza ações que atuam no sentido de aprimorar a formação pedagógica e gerencial de docentes e gestores; disponibilizar materiais e recursos baseados em evidências científicas para alunos, professores e gestores educacionais; aprimorar o acompanhamento da aprendizagem dos alunos, por meio de atenção individualizada; e valorizar os professores e gestores da alfabetização”. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>. Acesso em: 13 de out. de 2021.

⁵ “Seguindo os rumos apontados pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), o Ministério da Educação lançou o programa Conta pra Mim, que tem como objetivo a ampla promoção da Literacia Familiar. Afinal, a aprendizagem da linguagem oral, da leitura e da escrita começa em casa, na convivência entre pais e filhos”. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>. Acesso em: 13 de out. de 2021.

acreditando que precisamos esperar. Façamos desse verbo o nosso lema para a EJA” (SANTOS; MACIEL, 2020, p. 6).

Referências

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de; BOTO, Carlota. Sons da alfabetização no Brasil Império: atualidade de Castilho e Jacotot. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 20, p. 1-14, 2021.

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de; COSTA, Amanda de Andrade. Incongruências entre a atual PNA, BNCC e pesquisas na área de alfabetização no Brasil. *Perspectivas em Diálogo*, Naviraí, v. 08, n. 17, p. 490-505, maio/ago. 2021.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. POCHMANN, Márcio (Org.). *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. *Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BRASIL. *Portaria MEC n.º 867, de 4 de julho de 2012*. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade certa e define diretrizes gerais. 2012. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2013/portaria_n867_4julho2012_provinha_brasil.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: SEE/CNE, 2017.

BRASIL. *Política Nacional de Alfabetização*. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

BUNZEN, Clecio. Um breve decálogo sobre o conceito de ‘literacia’ na política nacional de alfabetização (PNA, 2019). *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v. 10, n. 10 (ed. especial), p. 44-51, jul./dez. 2019.

CORRÊA, Antonio Carlos de Oliveira. *Memória, aprendizagem e esquecimento: a memória através das neurociências cognitivas*. São Paulo: Editora Atheneus, 2010.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MONTEIRO, Sara Mourão. Política nacional em foco: olhares de pesquisadores e professores (dossiê). *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v. 10, n. 10 (ed. especial), p. 1-139, jul./dez. 2019.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GIROUX, Henry A. Introdução. In: FREIRE, P.; MACEDO, D. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Trad. L. L. Oliveira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. p. 25-40.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; RESENDE, Valéria Barbosa de. Alfabetização de jovens e adultos na política nacional de alfabetização. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v. 10, n. 10 (ed. especial), p. 139-133, jul./dez. 2019.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; OLIVEIRA, Juliane Gomes de; MONTEIRO, Marcia Helena Nunes; VARGAS, Patrícia Guimarães. *Alfabetização e letramento de jovens e adultos: carta aberta*. Belo Horizonte: UFMG/ FaE/ Ceale, 2021.

MORAIS, Artur Gomes. *Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Brasil, 2091: notas sobre a “política nacional de alfabetização”. *Olhares*, Guarulhos, v. 7, n. 3, p. 17-51, 2019.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade; FILHO, Penildon Silva. A educação brasileira na mira do obscurantismo e Estado Mínimo. In: AZEVEDO, J. S. G.; POCHMANN, M. (Org.). *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 231-249.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 211-229, maio/ago. 2004.

SANTOS, Sônia Maria dos; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. História e memória da EJA nas universidades brasileiras e portuguesas – séculos XX e XXI. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 3-6, jan./abr. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. *Roteiro*, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez. 2020.

SOARES, Magda. As muitas facetas da alfabetização. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 52, p. 19-24, fev. 1985.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Magda. *Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. São Paulo: Contexto, 2020.

Sobre os autores

Marilza Borges Arantes. Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia. Supervisora Pedagógica do Colégio Ulbra de Aplicação de Itumbiara/GO.
E-mail: marilzaborgesarantes@yahoo.com.br.

Juliano Guerra Rocha. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor da Educação Básica nas Redes Municipal e Estadual de Itumbiara/GO.
E-mail: professorjulianoguerra@gmail.com.